

WEBER, Michael, *Europäisches Zivilprozessrecht und Demokratieprinzip: internationale Zuständigkeit und gegenseitige Anerkennung im Gerichtssystem der Europäischen Union und der USA*, Mohr Siebeck, Tübingen, 2009;
 ZIINO, Salvatore, *Esecuzione Forzata e Intervento dei Creditori*, Themis, Palermo, 2004.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	9
ABREVIATURAS	11
LIÇÃO I – NOÇÃO, FINALIDADES E FORMAS DO PROCESSO EXECUTIVO	15
1. Noção	15
2. Execução singular e execução universal	19
3. Finalidades	21
4. Formas de processo	24
4.1. Processo executivo comum e processo executivo especial	24
4.2. Forma do processo comum	24
4.3. Regime especial da execução de decisão judicial condenatória	26
LIÇÃO II – AGENTE DE EXECUÇÃO, JUIZ DE EXECUÇÃO E SECRETARIA DE EXECUÇÃO	29
1. Agente de execução	29
1.1. Competência funcional	29
1.2. Exercício de funções	32
1.3. Honorários e despesas	35
1.4. Desempenho das funções do agente de execução por oficial de justiça	36
2. Juiz de execução	37
3. Secretaria de execução	41

LIÇÃO III – TÍTULOS EXECUTIVOS	43
1. Noção e funções dos títulos executivos	43
1.1. Noção	43
1.2. Funções	48
2. Espécies de títulos	50
2.1. Títulos judiciais	53
2.1.1. Sentenças condenatórias	53
2.1.1.1. Âmbito	53
2.1.1.2. Requisitos de exequibilidade	58
2.1.2. Despachos condenatórios e decisões arbitrais	64
2.1.3. Sentenças e títulos exarados em país estrangeiro	65
2.2. Documentos autênticos ou autenticados	69
2.2.1. Âmbito e requisitos	69
2.2.2. Documentos em que se convencionem prestações ou obrigações futuras	72
2.3. Escritos com assinatura a rogo	74
2.4. Títulos de crédito	75
2.4.1. Letras de câmbio	75
2.4.2. Livranças	80
2.4.3. Cheques	82
2.4.4. Quirógrafo da obrigação	87
2.4.5. Preenchimento abusivo	91
2.5. Documentos particulares	93
2.6. Títulos executivos por força de disposição especial	99
2.6.1. Procedimento de injunção	99
2.6.1.1. Breve enquadramento histórico	99
2.6.1.2. Âmbito	101
2.6.2. Petição inicial com força executiva	111
2.6.3. Títulos de formação processual	112
2.6.4. Outros títulos	114
2.6.4.1. Ata da reunião da assembleia de condóminos	114
2.6.4.2. Certidões de dívida e decisões administrativas	118
2.6.4.3. Títulos emitidos por instituições bancárias e de crédito	120
2.6.4.4. Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU)	121
2.6.4.5. Custas processuais	125
2.6.4.6. Título executivo a favor de agente de execução	126

3. Concurso de títulos	126
4. Cumulação de execuções	127
4.1. Cumulação inicial de execuções	128
4.1.1. Cumulação de execuções fundadas em sentença	128
4.1.2. Cumulação de execuções fundadas em títulos diferentes	129
4.2. Cumulação sucessiva de execuções	130

LIÇÃO IV – REQUISITOS DA OBRIGAÇÃO EXEQUENDA	133
1. Certeza	134
1.1. Noção	134
1.2. Obrigações genéricas e obrigações específicas	134
1.3. Obrigações cumulativas e obrigações alternativas	135
2. Exigibilidade	137
2.1. Noção	137
2.2. Obrigações a prazo e obrigações puras	138
2.3. Obrigações condicionais e obrigações dependentes de prestação	141
2.3.1. Obrigações condicionais	141
2.3.2. Obrigações dependentes de prestação	142
2.3.3. Demonstração e prova da exigibilidade	142
3. Liquidez	144
3.1. Noção	144
3.2. Liquidação pelo exequente ou pelo agente de execução	144
3.2.1. Liquidação dependente de simples cálculo aritmético	144
3.2.2. Liquidação não dependente de simples cálculo aritmético	146
3.3. Liquidação por árbitros	148
3.4. Liquidação de obrigação que tenha por objeto mediato uma universalidade	149
3.5. Liquidação de obrigação líquida e ilíquida	149

LIÇÃO V – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	151
1. Introdução	151
2. Competência	151
2.1. Competência internacional	152
2.2. Competência interna	154
2.2.1. Competência em razão da matéria	155
2.2.1.1. Competência dos tribunais judiciais	155
2.2.1.2. Tribunais e secções de competência especializada	155

2.2.2. Competência em razão do valor	156
2.2.3. Competência em razão da hierarquia	157
2.2.4. Competência em razão do território	157
2.2.4.1. Competência para a execução fundada em sentença	157
2.2.4.1.1. Execução de sentença proferida pelo tribunal de comarca	157
2.2.4.1.2. Execução de sentença proferida pelos tribunais superiores	158
2.2.4.1.3. Execução de sentença proferida por tribunais estrangeiros	158
2.2.4.1.4. Execução por custas, multas e indenizações	158
2.2.4.2. Competência para a execução fundada em título executivo extrajudicial	159
2.3. Extensão de competência	161
2.4. Consequência da violação das regras da competência	162
3. Legitimidade	162
3.1. Regra geral: Princípio da legitimidade formal ou da coincidência	162
3.2. Desvios à regra geral da determinação da legitimidade	164
3.2.1. Título ao portador	164
3.2.2. Sucessão no direito ou na obrigação	165
3.2.3. Execução por dívida provida de garantia real	167
3.2.4. Execução de bens na posse de terceiro	170
3.2.5. Exequibilidade da sentença contra terceiros	171
3.2.6. Legitimidade do Ministério Público como exequente	173
3.3. Legitimidade plural	174
3.3.1. Litisconsórcio	174
3.3.1.1. Litisconsórcio inicial	174
3.3.1.2. Litisconsórcio sucessivo	176
3.3.2. Coligação	178
4. Patrocínio judiciário	180
LIÇÃO VI – EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA	181
1. Fase introdutória	181
1.1. Requerimento executivo	181
1.1.1. Requisitos	181

1.1.2. Admissão do requerimento executivo	184
1.1.3. Recusa do requerimento executivo	185
1.2. Despacho liminar e citação do executado	186
1.2.1. Despacho de indeferimento liminar total	187
1.2.2. Despacho de indeferimento liminar parcial	189
1.2.3. Despacho de convite ao aperfeiçoamento	190
1.2.4. Despacho de citação do executado	191
1.2.5. Rejeição e aperfeiçoamento	192
1.2.6. Dispensa de citação prévia	192

LIÇÃO VII – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO POR EMBARGOS	195
1. Noção	195
2. Legitimidade	196
3. Prazo	197
4. Fundamentos	198
4.1. Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença	198
4.2. Fundamentos de oposição à execução baseada em decisão arbitral	206
4.3. Fundamentos de oposição à execução baseada noutro título	209
4.4. Fundamentos de oposição à execução baseada em requerimento de injunção	209
5. Formalidades	221
6. Efeitos	222
7. Tramitação	226

LIÇÃO VIII – PENHORA	231
1. Noção	231
2. Efeitos	233
2.1. Disposição, oneração ou arrendamento de bens penhorados	233
2.2. Preferência resultante da penhora	236
2.3. Perda do poder de fruição ou limitação ao seu exercício	237
3. Limites da penhora	238
3.1. Penhora de bens do devedor	238
3.2. Penhora de bens de terceiro	240
3.3. Limitação da responsabilidade por convenção das partes e por determinação de terceiro	241
3.4. Bens absoluta ou totalmente impenhoráveis	241

3.4.1. Coisas ou direitos inalienáveis	242
3.4.2. Bens do domínio público do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas	244
3.4.3. Objetos cuja apreensão seja ofensiva dos bons costumes ou careça de justificação económica, pelo seu diminuto valor venal	245
3.4.4. Objetos especialmente destinados ao exercício de culto público	246
3.4.5. Túmulos	247
3.4.6. Instrumentos e objetos indispensáveis aos deficientes e ao tratamento de doentes	247
3.4.7. Quantia em dinheiro ou o depósito bancário resultantes da satisfação de crédito impenhorável	247
3.5. Bens relativamente impenhoráveis	248
3.5.1. Bens do domínio privado do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas, de entidades concessionárias de obras ou serviços públicos ou de pessoas coletivas de utilidade pública, que se encontrem especialmente afetados à realização de fins de utilidade pública	248
3.5.2. Instrumentos de trabalho e objetos indispensáveis ao exercício da atividade ou formação profissional do executado	250
3.5.3. Bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica	252
3.6. Bens parcialmente impenhoráveis	254
3.6.1. Âmbito	254
3.6.2. Penhora de dinheiro ou saldo bancário	261
3.6.3. Redução ou isenção de penhora	261
3.7. Bens cuja penhora depende de citação prévia do executado	263
3.8. Responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas próprias ou comuns	264
3.8.1. Penhora de bens comuns em execução movida apenas contra um dos cônjuges	264
3.8.2. Incidente de comunicabilidade da dívida	268
3.8.2.1. Comunicabilidade da dívida suscitada pelo exequente	268
3.8.2.2. Comunicabilidade da dívida suscitada pelo executado	271

3.9. Penhora em caso de comunhão ou de compropriedade	271
3.10. Bens a penhorar na execução contra o herdeiro	272
3.11. Penhorabilidade subsidiária	273
3.12. Penhora de mercadorias carregadas em navio	275
4. Consultas e diligências para a penhora	276
4.1. Diligências prévias	276
4.2. Registo informático de execuções	276
4.3. Diligências para identificação ou localização de bens	278
4.4. Diligências subsequentes	279
5. Ordem de realização da penhora	280
5.1. Eliminação do <i>gradus executionis</i>	280
5.2. Obrigação de o agente de execução respeitar as indicações do exequente sobre os bens ou direitos que pretende penhorar	280
5.3. Dever de informação e comunicação	281
5.4. Dever de cooperação	281
5.5. Princípio da proporcionalidade	283
5.6. Bens onerados com garantia real	285
5.7. Bens indivisos	287
6. Reforço, substituição ou levantamento da penhora	287
7. Conversão do arresto em penhora	289
8. Modos de efetivação da penhora	289
8.1. Penhora de bens imóveis	289
8.1.1. Âmbito	289
8.1.2. Formalidades	291
8.1.3. Fiel depositário	292
8.1.4. Entrega efetiva do bem penhorado	294
8.1.5. Proteção da casa de habitação efetiva do executado	295
8.1.6. Divisão do prédio penhorado	296
8.2. Penhora de bens móveis	296
8.2.1. Penhora de bens móveis não sujeitos a registo	297
8.2.2. Penhora de bens móveis sujeitos a registo	300
8.2.2.1. Penhora de veículos automóveis	300
8.2.2.2. Penhora de navios	301
8.2.2.3. Penhora de aeronaves	302
8.3. Penhora de direitos	303
8.3.1. Penhora de créditos	303

8.3.2. Penhora de títulos de crédito e de valores mobiliários	308
8.3.3. Penhora de direitos ou expectativas de aquisição	310
8.3.4. Penhora de rendas, abonos, vencimentos ou salários	312
8.3.5. Penhora de depósitos bancários	313
8.3.6. Penhora de direito a bens indivisos ou de quinhão em património autónomo	314
8.3.7. Penhora de quotas em sociedades	316
8.3.8. Penhora de estabelecimento comercial	317
LIÇÃO IX – MEIOS DE REACÇÃO À PENHORA	319
1. Oposição por simples requerimento	319
2. Oposição à penhora	320
2.1. Âmbito e fundamentos	320
2.2. Tramitação	323
3. Embargos de terceiro	324
3.1. Introdução	324
3.2. Natureza	325
3.3. Âmbito objetivo	326
3.3.1. Posse	326
3.3.2. Direito incompatível com a penhora	328
3.3.2.1. Direitos reais de gozo registados antes de qualquer arresto, penhora ou garantia	328
3.3.2.2. Direitos reais de gozo que não tenham registo anterior ao de qualquer arresto, penhora ou garantia	330
3.3.2.3. Direitos reais de garantia	336
3.3.2.4. Direitos reais de aquisição	336
3.3.2.5. Direitos pessoais de gozo	339
3.4. Âmbito subjetivo	339
3.4.1. Legitimidade ativa	339
3.4.2. Legitimidade ativa do cônjuge do executado	340
3.4.3. Legitimidade passiva	340
3.5. Tramitação	341
3.5.1. Prazo	341
3.5.2. Formalidades	341
4. Ação de reivindicação	342

LIÇÃO X – CONCURSO DE CREDORES	345
1. Citação do cônjuge do executado e dos credores	345
2. Reclamação de créditos	350
2.1. Pressupostos	350
2.1.1. Garantia real sobre os bens penhorados	350
2.1.2. Título executivo	352
2.1.3. Obrigação certa e líquida	354
2.1.4. Prazo	355
2.2. Impugnação dos créditos reclamados	355
2.3. Verificação e graduação dos créditos	356
2.3.1. Graduação de créditos em relação a bens imóveis	358
2.3.2. Graduação de créditos em relação a bens móveis	359
LIÇÃO XI – PAGAMENTO	361
1. Modalidades	361
2. Âmbito temporal	361
3. Pagamento por entrega de dinheiro	362
4. Adjudicação de bens penhorados	362
4.1. Requerimento	362
4.2. Publicidade do requerimento	364
4.3. Termos da adjudicação	364
5. Consignação de rendimentos	365
5.1. Requerimento	365
5.2. Consignação de rendimentos de bens em locação	367
5.3. Efeitos	367
6. Pagamento em prestações e acordo global	367
6.1. Pagamento em prestações	367
6.1.1. Âmbito	367
6.1.2. Efeitos	368
6.2. Acordo global	369
7. Venda executiva	370
7.1. Âmbito	370
7.1.1. Determinação da modalidade da venda e do valor base dos bens	370
7.1.2. Instrumentalidade da venda	371
7.1.3. Venda antecipada de bens	371
7.1.4. Dispensa de depósito do preço	372

7.2. Modalidades	373
7.2.1. Venda mediante propostas em carta fechada	373
7.2.1.1. Âmbito	373
7.2.1.2. Valor base e competência	373
7.2.1.3. Publicidade da venda e dos bens	374
7.2.1.4. Notificação aos preferentes	374
7.2.1.5. Abertura e deliberação sobre as propostas	376
7.2.1.6. Caução e depósito do preço	377
7.2.1.7. Adjudicação e registro	378
7.2.1.8. Entrega dos bens	378
7.2.2. Venda de bens em mercados regulamentados	379
7.2.3. Venda direta	379
7.2.4. Venda por negociação particular	380
7.2.5. Venda em estabelecimento de leilão	381
7.2.6. Venda em depósito público ou equiparado	382
7.2.7. Venda em leilão eletrônico	383
7.3. Efeitos da venda	383
7.3.1. Transferência para o adquirente dos direitos do executado sobre a coisa vendida	383
7.3.2. Caducidade de direitos	384
7.3.3. Transferência dos direitos de terceiro para o produto da venda	386
7.4. Invalidade da venda	386
7.4.1. Anulação da venda executiva	386
7.4.2. Casos em que a venda fica sem efeito	389
7.4.2.1. Anulação ou revogação da sentença executada ou procedência da oposição à execução ou à penhora	389
7.4.2.2. Anulação da execução por falta ou nulidade da citação do executado	389
7.4.2.3. Anulação do ato da venda	390
7.4.2.4. Venda de coisa alheia	391
7.4.2.5. Efeitos	392
7.4.3. Ação de reivindicação	392
8. Direito de remição	392
8.1. Legitimidade	392
8.2. Procedimento	394

LIÇÃO XII – SUSPENSÃO, EXTINÇÃO, RENOVAÇÃO E ANULAÇÃO DA EXECUÇÃO	395
1. Suspensão da execução	395
1.1. Suspensão da execução em caso de insolvência	395
1.2. Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens	396
1.3. Suspensão com fundamento em causa prejudicial	397
2. Extinção da execução	398
2.1. Execuções inviáveis	398
2.2. Extinção da execução por sustação integral	399
2.3. Extinção da execução pelo pagamento voluntário	400
2.4. Extinção da execução pelo pagamento coercivo	401
2.5. Desistência do exequente	402
3. Renovação da execução	402
4. Anulação da execução	404
LIÇÃO XIII – RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE	405
1. Âmbito	405
2. Efeitos	413
2.1. Restituição do indevidamente prestado	413
2.2. Responsabilidade civil	414
2.3. Responsabilidade processual	415
2.4. Responsabilidade tributária	415
2.5. Responsabilidade criminal	416
3. Apreciação da responsabilidade e da pretensão indenizatória	416
LIÇÃO XIV – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA	419
1. Âmbito	419
2. Tramitação	420
2.1. Fase introdutória	420
2.1.1. Apresentação do requerimento executivo e citação do executado	420
2.1.2. Oposição à execução	421
2.1.2.1. Fundamentos	421
2.1.2.2. Efeitos	423
2.1.2.3. Tramitação	424
2.2. Fase subsequente	424
2.2.1. Entrega da coisa	424

2.2.2. Entrega de coisa imóvel arrendada ou que constitua a casa de habitação principal do executado	425
2.2.2.1. Suspensão por diferimento da desocupação do local arrendado para habitação	426
2.2.2.2. Suspensão a requerimento do detentor da coisa	427
2.2.2.3. Suspensão por razões de doença	428
3. Responsabilidade do exequente	429
4. Conversão da execução	429

LIÇÃO XV – EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO 431

1. Âmbito	431
2. Modalidades	432
2.1. Prestação de facto positivo e prestação de facto negativo	433
2.2. Prestação de facto positivo fungível e prestação de facto positivo infungível	433
3. Execução para prestação de facto positivo	434
3.1. Fase introdutória	434
3.1.1. Apresentação do requerimento executivo e citação do executado	434
3.1.2. Oposição à execução	435
3.1.2.1. Fundamentos	435
3.1.2.2. Efeitos	436
3.2. Fase da liquidação	437
3.3. Fase da prestação	438
3.3.1. Prestação pelo exequente	438
3.3.2. Fixação do prazo para a prestação	439
3.4. Extinção da execução	441
4. Execução para prestação de facto negativo	441
4.1. Âmbito	441
4.2. Tramitação	442
4.2.1. Fase inicial	442
4.2.2. Fase subsequente	443

Lição XVI – Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo 445

1. Natureza e fins	445
2. Requisitos	447
3. Tramitação inicial	448

3.1. Requerimento inicial	448
3.2. Distribuição	451
3.3. Recusa do requerimento	452
3.4. Consultas e relatório	453
4. Tramitação subsequente	455
4.1. Manifestação de vontade do credor	455
4.2. Notificação do requerido	455
4.2.1. Pagamento voluntário da quantia em dívida	456
4.2.2. Celebração de acordo de pagamento	456
4.2.3. Indicação de bens penhoráveis	456
4.2.4. Oposição	457
4.2.5. Inclusão na lista pública de devedores e emissão de certidão de incobrábilidade	459
4.3. Convolução do procedimento em processo de execução	460
5. Consultas após a extinção do procedimento	461
6. Valores devidos no âmbito do procedimento extrajudicial pré-executivo	461
7. Publicidade do processo	462
8. Reclamações e impugnação jurisdicional	463
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	465